

Relato de experiência: questões de gênero em um estágio de educação física com o conteúdo futsal

Samira El Adass¹
Karina Toledo de Araújo²

Resumo: Este relato de experiência tem como objetivo descrever algumas intervenções sobre o ensino do conteúdo futsal e as relações de gênero nas aulas de Educação Física em uma escola no município de Londrina- PR. O trabalho foi realizado durante o estágio supervisionado no curso de Educação Física - licenciatura, com uma turma de com 30 alunos entre 8 e 9 anos de idade que estudam no 3º ano do Ensino Fundamental I da Educação Básica. Foram desenvolvidos quatro planos de aula e as intervenções pedagógicas sobre o conteúdo Futsal. Todas as aulas tiveram como ponto de partida a discussão sobre a equidade de direitos e o respeito à diversidade de gênero. Na primeira aula foi proposto que os estudantes se separassem os times (aleatoriamente e de forma livre) e jogassem o futsal; na segunda intervenção separamos os times e misturamos meninos e meninas, os meninos resistiram em jogar com as meninas, dizendo que elas eram “ruins” ou “elas não sabem jogar porque futsal é coisa de menino”. Percebemos nesta experiência manifestações entre os alunos que permeiam as relações desiguais de gênero baseadas em estereótipos e preconceitos nas aulas de Educação Física.

Palavras-chave: Futsal. Gênero. Educação Física.

Introdução

A educação no Brasil passou a ser direito efetivo de todos e todas a partir do início do século XX, no entanto, isto não garante que as pessoas sejam tratadas da mesma forma e que os direitos à educação seja pautada na equidade e no respeito às diferenças incluindo as de gênero. Uma maneira de romper com essas desigualdades é inserir na escola a discussão da temática gênero enquanto conteúdo de ensino e esteja presente nas práticas pedagógicas das variadas áreas de conhecimento para que assim, seja possível possibilitarmos o entendimento de todas as nuances que cercam as relações de gênero, abrindo caminho para reduzir as violências identificadas no cotidiano escolar e na sociedade de maneira geral.

Entre as áreas de saber presente na escola, encontra-se a Educação Física responsável pelo ensino das práticas corporais. Cabe ressaltar que e estas são geradoras de desigualdades de gênero. A relevância da discussão da equidade de gênero nas aulas de Educação Física é fundamental. Segundo Dornelles et al (2013), a equidade de gênero está na condição de

¹ Universidade Estadual de Londrina - UEL; Estudante de graduação Educação Física - licenciatura; sami.eladass@gmail.com

² Orientadora - Universidade Estadual de Londrina - UEL; Doutora em Educação; karina.araujo@uel.br

igualdade de direito para os sujeitos, independentemente de sua identidade ser do gênero feminino ou masculino. Ainda para Dornelles et al (2013), o gênero é como uma categoria social fundamental para uma análise das práticas corporais na escola.

Outro fator que destaca a importância dos estudos de gênero na Educação Física é percebermos que “os corpos carregam discursos como parte de seu próprio sangue” (BUTLER *apud* PRINS e MEIJER, 2002, p. 163). Os discursos generificam os corpos, ou seja, “os corpos fazem-se femininos e masculinos na cultura, e essas representações, apesar de serem sempre transitórias, marcam nossa pele, nossos gestos, nossos músculos, nossa sensibilidade e nossa movimentação” (GOELLNER, 2005, p. 25). Portanto, cabe à Educação Física com o seu objeto de estudo e de ensino: o corpo em movimento, desconstruir os estereótipos de gênero e as violências produzidas nas práticas corporais desenvolvidas na escola.

A partir do exposto acima, este trabalho tem como objetivo descrever quatro aulas de Educação Física na, realizada no município de Londrina- PR, em que ensinamos o conteúdo futsal e as relações de gênero.

Metodologia

Este trabalho relato é parte de experiências de intervenção de ensino em uma pesquisa de ação no campo de estágio supervisionado do curso de Educação Física – licenciatura da UEL. A pesquisa foi realizada em uma escola municipal de Londrina- PR, em uma turma de 3º ano do Ensino Fundamental. A turma tinha 30 alunos, com idades entre 8 e 9 anos. Os conteúdos ensinados foram futsal e relações de gênero, eleitos a partir de uma conversa com o professor regente, considerando a continuidade do planejamento do ano letivo já proposto entre o professor e a turma.

Antes de iniciarmos os procedimentos pedagógicos de intervenção, elaboramos quatro planos de aulas, sobre futsal e gênero, sendo que a cada término de aula foi realizado um replanejamento para repensarmos as estratégias que utilizaríamos para chegarmos aos objetivos pretendidos nas próximas aulas.

O futebol e sua prática por mulheres

Araújo (2015) destaca que o futebol é um dos símbolos identitários do Brasil pelo símbolo cultural que a ele foi atribuído paulatinamente ao longo da nossa história do esporte

na brasileira. O significado simbólico do futebol influencia a ideia de nação brasileira e é influenciado por ela; além disso, retrata, em cada período da história do Brasil republicano, as relações sociais, políticas, econômicas estabelecidas, assim como as finalidades de sua prática, conforme o momento histórico da sociedade brasileira.

Os esportes, de uma maneira geral, difundiram-se pelo mundo de maneira extraordinária no último século, configurando novos espaços de sociabilidade, novas corporalidades e, principalmente, novos territórios de criação de sentido e significação. Por uma série de razões, que não cabe aqui recuperar, o futebol é considerado hoje o mais difundido deles. No caso brasileiro, transformou-se no esporte nacional, inclusive porque – e é sob este ângulo que me interessa aqui – foi o que reteve a capacidade de representar o Brasil e os brasileiros em todas as circunstâncias. Do ponto de vista simbólico, seria uma das nossas principais “zonas livres”, compondo com uma série de outros aspectos também eleitos como peculiares, um elenco através dos quais [sic] veiculamos nossas representações coletivas sobre nós mesmos. [...] Na verdade, uma característica específica dos esportes na modernidade, assumida com mais frequência pelo futebol, é o fato de sua existência como fenômeno social não se esgotar, absolutamente, na sua prática. [...] O campo de futebol é, assim, também um campo de debates. [...] Há, portanto, um outro futebol no qual se desenrola um jogo de palavras: aquele no qual são debatidas as idéias e os valores centrais que norteiam o que poderíamos chamar a cultura brasileira. É este espaço que se transforma num campo de debates sobre a nação. [...] As representações sociais veiculadas através do futebol, até pela aparente inocuidade deste domínio social – o dos jogos, do lazer, do esporte – difundem-se e divulgam-se carregadas nos pés dos jogadores e nas avaliações que a partir daí são produzidas. (GUEDES, 2009, p.2-3 *apud* ARAÚJO, 2015, p.27).

Assim como Da Matta (1982) e Araújo (2015) compreendemos que analisar o futebol abre uma possibilidade fecunda para a análise de algumas relações sociais. Essa possibilidade é interessante, pois as relações sociais são estabelecidas conforme o modo de ser, de pensar, de estar e de conviver em e na sociedade, e o futebol ocupa um espaço importante de convívio bastante significativo em nosso cotidiano.

O futebol é uma prática social, portanto, política e esportiva. No Brasil, devido à herança do patriarcalismo, do higienismo e do eugenismo, apresenta-se como um campo fértil para compreendermos relações de poder, de raça e gênero presentes em nossa sociedade. Desde a chegada do futebol no Brasil, no final do século XIX, é considerado como ‘pertencente ao mundo masculino’ (até mesmo por força de decretos). Esse ‘pertencimento’, histórico e socialmente constituído, passa a ser um pensamento naturalizado e um universo de consenso social.

A importância que o futebol tem na cultura brasileira o torna um retrato interessante – não só, mas de maneira significativa – das relações de poder e de gênero estabelecidas em nosso cotidiano. Pisani citado por Araújo (2015) destaca, em seus estudos, que analisar as modalidades esportivas e a sua prática por diferentes pessoas possibilita retratar como eles – os esportes – se constituem, se estabelecem, se perpetuam (ou não) nos grupos e culturas com os quais estabelecemos relações de convívio cotidiano e, assim, reflete as estruturas de poder que alicerçam estes grupos ou sociedade, assim como outros aspectos sociais, políticos, culturais, econômicos e as questões de gênero. Sobre este último aspecto, as relações cotidianas são orientadas pelo pensamento social e pelo consenso sobre papéis sociais definidos e o binarismo de gênero, arraigados em nossa sociedade e que refletem os preconceitos, os estereótipos, as desigualdades de direitos, entre outras formas de violência social.

As intervenções nas aulas de Educação Física no estágio supervisionado: o futsal e as relações de gênero

Conforme D’Elaqua, Souza e Araújo (2011), a escola é dinamizada por sujeitos históricos que viabilizam sua existência e suas finalidades formativas. No conjunto dessas finalidades assinala-se a instrução que consiste em ensinar um dado conteúdo a serviço de uma finalidade educativa formalizada. Os conteúdos de ensino são voltados a determinadas finalidades pautadas por produções e reproduções de saberes em massa conforme as finalidades previamente sinalizadas por leis, diretrizes, normativas e pela cultura na qual se inscreve a educação. Sendo assim, as concepções e finalidades da educação formal e da escola replicam determinadas ideologias políticas e sociais.

A seleção e organização de saberes conforme os interesses sociais e ideológicos de uma classe dominante é uma ‘meia liberdade’, uma ‘meia autonomia’, por isso “(...) a liberdade pedagógica da instituição não é, ao nível dos indivíduos, mais que uma meia-liberdade.” (CHERVEL, 1988 *apud* D’Elaqua, Souza e Araújo, 2011, p.). Apesar da ‘meia-liberdade’ é certo que, nos espaços de ensino – por exemplo, a sala de aula - o professor tem a possibilidade de expressar-se e de conduzir o processo de ensino e aprendizagem independentemente da forma e estabelecida pelos currículos orientadores dos saberes formalizados. Ou seja, a prática docente e a orientação do processo de ensino e de aprendizagem transpõem o ‘engessamento’ dos saberes curriculares. Essa é uma posição que

toma como orientação uma educação crítica que valorize as diferenças e possibilite a autonomia de pensamento dos estudantes.

Neste sentido, para D’Elaqua, Souza e Araújo (2011), o estágio supervisionado cumpre um papel importante na conciliação e transição para a escola, da qual os alunos entram em contato direto com a realidade escolar, não fugindo essa do que são discutidos no cotidiano nos demais componentes curriculares do curso de formação em Educação Física – licenciatura.

A vivência dos alunos estagiários nas escolas traz elementos da realidade para análise e reflexão. Os problemas são sempre atuais, reais, muitas vezes repetidos até que o olhar curioso do pesquisador lance sobre eles suas indagações científicas, suas reflexões e estudos, e se comece a produzir conhecimento sobre os elementos da realidade. Este movimento que a pesquisa suscita e que o estágio permite, que é ao mesmo tempo teórico e prático (Schaffrath, 2007, p. 54).

Como anunciado anteriormente, durante o período de nosso estágio supervisionado, dedicamos quatro aulas para o ensino dos conteúdos futsal e relações de gênero. Na primeira aula explicamos para todos as regras do futsal e depois pedimos que jogassem e que separassem os times. Se separaram em meninos e meninas, o resultado do jogo foi que os meninos ganharam com muita vantagem das meninas, sendo que no meio do jogo elas se desinteressaram e param de jogar. No final da aula discutimos como tinha sido jogar, as meninas disseram que não gostaram e os meninos gostaram muito.

Na segunda aula entregamos um questionário que perguntava como se sentiam jogando futsal, pedimos para cada estudante colocar nome e as alternativas eram: excluído(a) ou incluído(a) ou jogando com os mesmos direitos. Após isto separamos as equipes de maneira mista e pedimos para iniciarem o jogo. No decorrer do jogo as meninas saíam e sentavam chateadas, porque haviam brigado com elas ou não jogavam para elas. No final da aula discutimos sobre o ocorrido, os meninos justificaram a atitude dizendo que elas eram “ruins” ou “elas não sabem jogar porque futsal é coisa de menino”. Então perguntamos para a turma quem já tinha jogado futsal e quem treinava ou jogava na rua, na primeira a resposta foi maioria os meninos e na segunda nenhuma menina levantou a mão, explicamos para a turma que as meninas não são ruins, mas que desde criança não foram ensinadas ou convidadas e incentivadas para jogar da mesma forma que meninos, complementamos dizendo que não existe coisas de meninos e meninas, que futsal é coisa de menina sim, citamos exemplos de

jogadoras profissionais e de como elas podem ser “melhores” que os meninos, tudo depende da prática do esporte no decorrer de sua vida.

Na terceira aula levamos os dados do questionário, sendo que mais da metade das meninas responderam que se sentiam excluídas e o restante assinalou sentiam incluídas e nenhuma colocou que jogavam com os mesmos direitos. Já os meninos, mais da metade assinalou que sentiam jogando com os mesmos direitos, apenas um assinalou que se sentia excluído e o restante incluído. Após dado o resultado para a turma, pedi que se dividissem em equipes e novamente dividiram meninas e meninos. Propus a mudança de duas regras e que no decorrer do jogo iríamos as inserindo. A primeira foi que os meninos só poderiam fazer gol de cabeça e a segunda foi que toda vez que encostassem nas meninas seria pênalti. Com isso as meninas que estavam perdendo viraram o jogo e ganharam com muita vantagem, os meninos ficaram muito bravos, alguns até choraram.

No final da aula as meninas disseram ter gostado do jogo enquanto os meninos inconformados dizendo que não valeu, pois elas foram favorecidas e que não tinham jogado com os mesmos direitos. Explicamos que da mesma forma que os meninos se sentiram as meninas se sentem na vida delas, pois são impossibilitadas de fazer determinadas atividades por simplesmente ser menina e que se todos têm os mesmos direitos porque não escolhemos as meninas para nosso time, porque as xingamos. Perguntamos também se era justo os meninos que treinam futsal se juntar em um time e jogar contra as meninas que não treinam em outro, se realmente teriam os mesmos direitos no jogo.

Na quarta aula retomamos as discussões anteriores, chegando a um acordo de que os meninos que treinavam futsal em um time só e as regras favorecendo só as meninas eram atitudes injustas, pedimos então para que escolhessem os times de forma que todos teriam os mesmos direitos. O resultado foi que as equipes saíram todas mistas e no decorrer do jogo parávamos e perguntávamos se todos já tinham cobrado a saída lateral, ou apenas um da equipe que estava cobrando. Chegou a um ponto que não precisávamos mais atentar os estudantes as atitudes tomadas, pois estavam jogando coletivamente, com os mesmos direitos.

No final da aula perguntamos qual foi a sensação, todos os estudantes gostaram e sentiram estar jogando com os mesmos direitos, inclusive os atentei ao fato de que não marcaram quantos gols fizeram, pois, a preocupação foi em jogar juntos e não apenas com o resultado.

Discussões

A partir dessa experiência percebemos, principalmente com as falas dos meninos a presença das práticas excludente marcadas por gênero, seja ela nos espaços físicos ou nas práticas corporais. A exclusão das meninas no futsal foi tida como “natural”, pois subtende que futsal não é prática de menina, ficando a elas destinadas às praticas que exigem menos esforços, pois são consideradas mais fracas e frágeis.

Isso representa a “naturalização” da atuação dos homens no campo público e das mulheres a restrição ao âmbito privado. Calsa (2002), explica esse processo de “naturalização” de condutas como construções sociais e produto do jogo de poder presentes nas interações humanas, considerando isto, Fernández (1994) citado por Calsa (2002) acrescenta que ser homem e ser mulher são prescrições culturais as suas identidades, prescrições estas que tendem a reafirmar os padrões de comportamentos de cada grupo sociocultural. Construções estas marcadas pelas normatizações de condutas.

As concepções e representações de gênero na sociedade – assim como as da sexualidade – ainda têm sido naturalizadas enquanto dependentes, sobretudo de fatores biológicos e anatômicos que definem os sexos como machos e fêmeas e, de maneira equivocada, a identidade masculina e feminina. Na perspectiva biologicista, as identidades de gênero são assim orientadas por discursos hegemônicos que ditam normas e proibições. Em outras palavras, são as coerções sociais que determinam gestos e atitudes que impõem a sujeição/disciplina corporal como parte das relações de poder entre os indivíduos e grupos (FOUCAULT 1987; 2004 *apud* ARAÚJO, 2015, p. 33).

As normativas sociais que determinam os comportamentos esperados para homens e para mulheres, são conjuntos de crenças e valores permeados por uma construção sociocultural. Diante disso Louro (2001) citada por Araújo (2015) destaca que o que se pensa sobre masculinidades e feminilidades define o que faz de um homem um homem e o que faz de uma mulher uma mulher. Para além dos atributos biológicos, a identidade do masculino e feminino, ou seja, o que se pensa, o que se espera e o agir de um e de outro depende de uma construção social numa perspectiva cultural.

Souza Jr. e Darido (2002) *apud* Araújo (2015) explicam que o discurso preconceituoso e estereotipado, justificado e baseado em argumentos de caráter biológico, cultural e psicológico, foi predominante no século XX. Tal discurso atrapalha, ainda, a expansão da prática do futebol e futsal feminino no Brasil. Na escola, o futebol e o futsal

sempre foram reconhecidos como conteúdos – muitas vezes exclusivo – das aulas de Educação Física para os meninos; às meninas, jogos e brincadeiras infantis e entre as modalidades esportivas podia-se encontrar o voleibol, o basquetebol e o handebol. Encontramos essa mesma situação em nossa pesquisa quando os estudantes questionaram durante as aulas sobre a participação das meninas na prática do futsal.

Considerações Finais

Assim como Araújo (2015) apresenta há avanços percebidos no que diz respeito à transformação de pensamentos e comportamentos no que diz respeito à superação de ideias preconceituosas e a procura de um distanciamento da naturalização arbitrária das práticas sociais destinadas aos gêneros masculino e feminino. Há indícios de uma conscientização da geração de jovens nesta segunda década do século XXI, sobre a diversidade social, do respeito às diferenças e da luta pela equidade de direitos. Entretanto, o preconceito – herança social – ainda é latente preponderantemente por conta dos estereótipos que as mulheres adquirem ao praticar uma modalidade esportiva que é historicamente de hegemonia masculina.

Cabe à escola, enquanto instituição social, educacional, política e cultural, uma reestruturação de seu aparato curricular, pedagógico e da formação dos educadores; gerar, com vistas a essas necessidades, a elaboração de conhecimentos, de reflexões, discussões e transformações referentes às questões de gênero nos processos formativos dos estudantes, para que possamos superar as desigualdades e os processos de violência social sofridos pelas mulheres em suas práticas corporais na escola e fora dela (ARAÚJO, 2015).

Referências

- ARAÚJO, K. de T. *Representações sociais de estudantes do ensino médio sobre a prática do futebol por mulheres: intersecções entre gênero, corpo e sexualidade*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá – Maringá: UEM, 2015.
- CALSA, G. C. *Intervenção psicopedagógica e problemas aritméticos no ensino fundamental*. Tese de doutorado em Educação – Universidade Estadual de Campinas - Campinas, 2002.
- CHERVEL, A. *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*. IN: Teoria e Educação. Porto Alegre, n° 2, p. 177-229, 1990.
- D'ELAQUA M. A.; SOUZA, R. H. de; ARAÚJO, K. de T. O estágio obrigatório:

V SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
Universidade Estadual de Londrina
13 a 15 de junho de 2018
ISSN 2177-8248

em questão a formação do professor em educação física. *In ANAIS: 5º CONPEF – Congresso Paranaense de Educação Física*. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2011.

GOELLNER, S. V. (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na Educação*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 25.

SCHAFFRATH, M. dos A. S. Estágio e pesquisa. ou sobre como olhar a prática e transformá-la em mote de pesquisa. *Revista Científica/FAP*, Curitiba, v.2, p. 51-58, jan./dez. 2007.